

Universidade Brasil
Curso de Pedagogia
Campus Descalvado

AMANDA DE JESUS

DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO ENSINO DE AUTISTAS

DIFFICULTIES OF TEACHERS IN TEACHING AUTISM

Descalvado, SP

2020

AMANDA DE JESUS

DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO ENSINO DE AUTISTAS

Orientador (a): Prof.^a Ma. Nilce Helene Poiatti

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Descalvado, SP

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

J56d Jesus, Amanda de
Dificuldades dos professores no ensino de autistas /
Amanda de Jesus. – Descalvado, 2020.
24f. : il. ; 29,5cm.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Ma. Nilce Helene Poiatti

1. Autismo. 2. Papel do professor. 3 Dificuldades no ensino. 4. Aprendizagem com autistas. I. Título.

CDD 371.94

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste TCC, por processos xerográficos ou eletrônicos.

Assinatura do aluno:

Data:

Universidade Brasil
Curso de Pedagogia
Campus Descalvado

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO ENSINO DE AUTISTAS

Autor: AMANDA DE JESUS

Orientador: Ma. Nilce Helene Poiatti

Este trabalho de conclusão de curso atendeu aos critérios de avaliação estabelecidos, sendo considerado suficiente para a obtenção do diploma do curso de Pedagogia pela Universidade Brasil.

Banca Examinadora:

Prof.^a Ma. Nilce Helene Poiatti

Prof.^a Esp. Fernanda Garcia Scrocchio Lourenção

Prof.^a Dra. Cilene Barbalho Girotti

Descalvado, SP

Data: ____/____/____.

RESUMO

Esse trabalho apresenta como objetivo investigar as principais dificuldades e os desafios enfrentados por professores de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo. O estudo em questão realizou-se por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites. Para tanto descreve-se uma breve história do autismo ao longo dos anos, cabendo assim verificar paralelamente, o papel do professor como agente mediador para um ensino de qualidade. Para que isso aconteça, faz-se necessário superar dificuldades contidas no bojo de como ensinar e como será a receptividade de cada aluno, pois a singularidade dos mesmos é evidente, acentuada e ocorre conjuntamente com os transtornos emocionais e/ou comportamentais, implicando também nas questões familiares e sociais.

Palavras-chave: Autismo. Papel do professor. Dificuldades no ensino e aprendizagem com autistas.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), segundo Facion 2013, é uma síndrome, abarcado por um conjunto de sintomas, presente desde o nascimento e que se manifesta antes dos 3 anos de idade, é caracterizado por respostas anormais e estímulos auditivos e/ou visuais e por problemas graves na compreensão da linguagem oral.

Segundo Rodrigues e Spencer 2010:

[...] A pessoa autista apresenta dificuldades de realizar mudanças em sua rotina diária, há, no entanto, a capacidade de refazer ações por imitação, de início, posteriormente por transformação, quando é trabalhado o espaço, casualidade e generalidades em suas ações (p.14).

Este estudo apresenta as concepções teóricas de alguns autores sobre a criança autista. Aponta-se os conceitos e características que foi definido ao longo dos anos por vários profissionais para que esse termo fosse mais significativo.

Diante disso, é importante que os docentes de sala regular, estejam preparados para receber esses alunos e tenham a consciência de que são responsáveis pelo ensino e aprendizagem, papel também de todos os profissionais da educação, pois é na escola que se inicia a interação social, passando a ser um local de variadas dificuldades pelas novas relações e inter-relacionamentos.

Nesse sentido, todas as crianças têm o direito de aprender, cada uma aprende no seu tempo e do seu jeito, cabendo aos professores investigar quais são as melhores formas de se ensinar, de acordo com Budel (2012), o papel do professor atual não é mais ensinar, mas sim aprender.

A inclusão da criança com autismo nas escolas tem sido bastante discutida no contexto educacional devido às diversas características e dificuldades apresentadas por elas quando inseridas na escola. No entanto o professor de sala regular, não precisa ser especialista em cuidados com transtorno, mas deve conhecer cada aluno de forma individual e identificar de que maneira cada um aprende.

Fazendo uma relação do papel do professor como agente mediador do ensino/aprendizagem e analisando as dificuldades encontradas por eles em sua atuação percebe-se a necessidade de um comprometimento com o aluno a ser incluído respeitando suas individualidades, dificuldades, proporcionando um ambiente verdadeiro de inclusão educacional dentro dos muros da escola para que, isso repercuta em nível de sociedade em geral.

Pretendeu-se então fornecer subsídios teóricos na tentativa de contribuir para que os professores se conscientizem do que é o TEA, se capacitem constantemente em formações contínuas e busquem trabalho em rede para oferecer a esse público uma educação de qualidade atendendo todas as suas expectativas.

2 HISTORICIDADE DO AUTISMO

O transtorno do Espectro do Autismo não tem uma causa comprovada e segundo os indícios mais críveis estão ligados a fatores emocionais, sentimentais e comportamentais que levam as crianças a se tornarem alheias à realidade. Antigamente o transtorno era considerado distúrbio adquirido por influência do ambiente em que viviam. Muitos estudos mostram a síndrome da mãe geladeira, se referindo às mães frias e a causa do autismo no filho, assim evidenciando o quanto se está atrasado na busca de um porquê.

Assim, Galdino (2011) assegura que o autismo diferente de muitas outras doenças ou distúrbios, traz consigo muita complexidade, pois, quase nada se sabe sobre suas causas. Ele é determinado apenas, por conta de alguns sintomas e características que vão surgindo ao longo do tempo.

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5, 2014) passa a obrigar todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA) que engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de baixo, médio e alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.

Elencando como se deu a história do autismo, o transtorno foi mencionado pela primeira vez em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler 2012 (apud Cunha) p.20 que tentou descrevê-lo como a “[...] fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia [...]”, se referindo as características de esquizofrenia, notando-se a perda de contato com a realidade e consequente dificuldade ou impossibilidade de comunicação, relatando uma ruptura entre a pessoa com esses sintomas e o mundo externo.

Segundo o autor Facion 2013, em 1943, o psiquiatra Leo Kanner observou 11 crianças que apresentavam um quadro clínico peculiar: o principal sintoma era uma incapacidade para se relacionarem com outras pessoas e situações.

O psiquiatra apontou também para as respostas incomuns dadas pelas crianças ao ambiente, cunhando o nome “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”, ainda conforme cita Facion (2013):

O Autismo descrito por Kanner (1971), que nomeou inicialmente como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”, foi concebido como um distúrbio primário semelhante ao descrito para a esquizofrenia. A diferença estava no fato de a criança com autismo não realizar um fechamento sobre si mesma, mas buscar estabelecer uma espécie de contato bastante particular e específico com o mundo (p.19).

Mais à frente Kanner cria a teoria mãe geladeira, que dizia que o comportamento do filho era consequentemente ocasionado pela fria relação entre mãe e filho. Essa teoria foi desconsiderada por alguns autores, porém nem todos, conforme explica Silva (2012):

É uma teoria equivocada, mas que foi muito divulgada. No entanto, o que poucas pessoas sabem é que anos mais tarde o mesmo psiquiatra veio a público para retratar-se por essa consideração. Podemos atestar que essa hipótese é completamente absurda, já que vemos, em nossa prática clínica, que as mães de crianças com autismo são extremamente afetuosas e, muitas vezes, dedicam a vida àquele filho. Se não fossem preocupadas, não chegariam à clínica buscando tratamento, como o fazem. (p.77).

Posteriormente, em 1944 houve outro pediatra que realizou estudos relacionados as dificuldades na interação, Hans Asperger, (2006) apud Klim:

Asperger descreveu quatro crianças que tinham dificuldade em se integrar socialmente em grupos. Desconhecendo a descrição de Kanner do autismo infantil precoce publicado só um ano antes, denominou a condição por ele descrita como “psicopatia autística”, indicando um transtorno estável de personalidade marcado pelo isolamento social. (p.6).

Como seu trabalho foi publicado em alemão na época da guerra, o relato recebeu pouca atenção, só em 1980, foi reconhecido como um pioneiro no segmento da condição, surgindo o termo da Síndrome de Asperger que não causa nenhum retardo no desenvolvimento cognitivo, mas é caracterizado pela falha de interação social, dificuldade na comunicação verbal e não-verbal, comprometimento da imaginação com repertório restrito de interesses e atividades.

É classificado o autismo em 1978, pelo psiquiatra Michael Rutter, como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco nesse termo que se fez referência no transtorno, segundo Klin (2006):

Um marco na classificação desse transtorno ocorreu em 1978, quando Michael Rutter propôs uma definição do autismo com base em quatro critérios: 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo

mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos 30 meses de idade.

Ainda de acordo com Klin (2006), ocorreram mudanças na classe de Transtornos através dos estudos de Rutter (2006, p.2)

A definição de Rutter e o crescente corpo de trabalhos sobre o autismo influenciaram a definição desta condição no DSM-III, em 1980, quando o autismo pela primeira vez foi reconhecido e colocado em uma nova classe de transtornos, a saber: os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs).

Posto isto, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais aponta o TID como uma “Subclasse para os distúrbios que são caracterizados pelo desenvolvimento inadequado de habilidades específicas escolares, de linguagem, de fala e motora e que não são devidas a distúrbios físicos ou neurológicos demonstráveis[...] (DSM, 1989).

Surge então um conceito de autismo como um espectro, empenhando-se ao termo Síndrome de Asperger pela psiquiatra Lorna Wing apud Coscia, 2010:

Lorna Wing, realizou um estudo definindo o autismo como uma síndrome que apresenta comprometimentos em três importantes domínios do desenvolvimento humano: a comunicação, a socialização e a imaginação, conhecida como Tríade, que auxilia no diagnóstico clínico até hoje. (p.13).

Em referência a Hans Asperger, a síndrome ficou definida por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade que se caracterizava sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação, e revolucionou a forma como o autismo era considerado e sua influência reconhecida no mundo todo.

Inovando o conceito do autismo o psicólogo Ivar Lovaas, (2018) Apud Bezerra realizou pesquisas sobre as mudanças precoce do comportamento para ensinar autistas, através de instruções, modelos e reforço positivo:

Em 1987, Lovaas publicou os resultados de um estudo de longo prazo sobre o tratamento de modificação comportamental em crianças pequenas com autismo. Os resultados do seguimento destas crianças mostraram que, em um grupo de 19 crianças, 47% dos que receberam tratamento atingiram níveis normais de funcionamento intelectual e educacional, com QIs na faixa do normal e um desempenho bem-sucedido na 1ª série de escolas públicas. 40% do grupo tratado foram depois diagnosticados como portadores de retardo leve e frequentaram classes especiais de linguagem, e os 10% remanescentes do grupo tratado foram diagnosticados como portadores de retardo severo. (p.14)

Houve uma necessidade fundamental em sancionar leis que garantissem direitos às pessoas com necessidades especiais. Dessa forma uma mulher chamada Berenice Piana, mãe de um menino autista, que buscava a inclusão para seu filho, conseguiu a aprovação da Lei Berenice Piana n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que ampliou para as pessoas com autismo todos os direitos estabelecidos para as pessoas com deficiência no país.

Comecei a perceber que a fala dele não evoluía. De dois anos de idade para frente, ele não evoluiu. Já não olhava mais nos olhos. Não estabelecia nenhum diálogo, não falava. Se isolava da família. Não socializava com outras crianças. Não brincava de forma adequada com os brinquedos. Pegava um carrinho, colocava do lado do ouvido e ficava girando a rodinha. Se pegasse um objeto, ficava girando nas mãos. Outra coisa interessante foi na alimentação. Ele se alimentava como qualquer outra criança até essa idade e, de repente, ficou muito restritivo, só comia determinado tipo de alimento. Não engolia mais nada redondo.” (SETUBAL, 2020).

Essa lei instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a legislação determina o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde, à educação e à proteção social, ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2012).

Essa lei, classifica pessoa com autismo como:

- I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.
- II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns. (BRASIL, 2012).

A Lei Brasileira de Inclusão n. 13.145/15 Cria o Estatuto de pessoas com Deficiências, aumentando a proteção para os cidadãos que possui o TEA ao considerá-la como:

Capítulo I, Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Lei que tem o objetivo de promoção, em condições de igualdade, do exercício dos direitos e liberdades fundamentais pela pessoa com deficiência, por meio da inclusão social.

Esta breve revisão histórica nos permitiu observar a evolução do conceito do autismo ao longo dos anos, a busca por diagnósticos mais exatos e consistentes também se evidenciou, demonstrando que o percurso para total compreensão destes distúrbios e de suas causas, ainda precisa passar por muitos estudos, além das leis que garantem o atendimento espacial aos alunos com TEA.

2.1 O papel do professor ao ensinar autistas

A Inclusão educacional presume considerar as diferenças individuais, a diversidade e suas implicações pedagógicas, aceitar, respeitar e valorizar como componente natural e necessário no processo de ensino e aprendizagem, sendo um papel importante na formação de uma criança autista, pois a escola é o primeiro lugar de interação social, separada de seus familiares.

O papel do professor é essencial para essa formação, segundo Silva (2012):

O professor interessado pode fazer muito pelas crianças com autismo, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderá ganhar a confiança eterna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento. Algumas sutilezas, como falar baixo, chamar a atenção de forma delicada ou ajudá-lo a entender o conteúdo por meio de figuras ou imagens, são sempre muito bem-vindas. (p.55).

As pessoas com autismo têm um modo diferente de aprender, organizar e processar as informações. Para respeitar estas diferenças, elas precisam de ambientes estruturados e organizados, pois normalmente os autistas têm dificuldades em mudarem suas rotinas diárias. Instituições educacionais bem estruturadas, com profissionais especializados, possibilitam um tratamento mais apropriado para os indivíduos com TEA em seus diversos graus de comprometimento. A medida que conseguimos estabelecer um vínculo com cada um deles, procurando proporcionar um ambiente terapêutico, onde possam se sentir acolhidos, melhor para seu desenvolvimento.

Sendo assim, vale ressaltar que a Lei n. 12.764, de dezembro de 2012, determinou no parágrafo único do artigo 3º que:

“[...] em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2, terá direito a acompanhante especializado. (Brasil, 2012).

A lei serve como um reforço na luta pela inclusão, os alunos com o TEA que forem matriculados na rede regular de ensino podem ter o acompanhante, o mesmo deve ser de um professor de apoio especializado ou professor auxiliar. Segundo a legislação, os sistemas de ensino devem efetuar a matrícula dos estudantes com o TEA nas classes comuns de ensino regular, assegurando o acesso à escolarização, bem como ofertar os serviços da educação especial, dentre o atendimento educacional especializado complementar e o profissional de apoio.

Considerando que a educação é um direito de todos, está descrito na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) n 13.146 de 6 de julho de 2015 no capítulo IV sobre o direito à educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Determina sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

O profissional especializado tem essa função de auxiliar esse aluno em suas atividades, mas o professor da classe regular não pode ser diferente do de apoio, deve ser valorizado o respeito mútuo à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso da aprendizagem dessa criança.

A vista disso, esse mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só das crianças com necessidades especiais e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. É importante ressaltar

que não apenas o professor tem que fazer esse papel, mas toda a escola, os funcionários, os alunos devem ter um olhar de inclusão para essas crianças com TEA.

Quanto a mediação, vê-se em VYGOTSKY (2000) a importância da mesma a partir do pressuposto de que é no âmbito social que os indivíduos se desenvolvem. As trocas que as crianças realizam entre outras crianças e com os adultos desempenham um papel fundamental onde funções importantes, tanto de socialização, quanto de aprendizagem ocorrem. Destacam-se assim, a importância das qualidades das relações estabelecidas e a mediação do professor nesse contexto.

O mesmo autor ao trazer sua teoria sobre as zonas de desenvolvimento, indica bem o papel do professor enquanto indivíduo responsável pela zona de desenvolvimento proximal (mediador) ao conectar as zonas de desenvolvimento real e potencial dessa criança.

Para Staimback e Staimback (1999), o educador pode desempenhar um importante papel na percepção dos alunos de que esses têm potencialidades e limitações diferentes. Sugerem propostas de atividades em que os alunos sejam estimulados sobre suas habilidades e identificadas suas limitações.

Conforme os autores:

Gerando respostas dessa maneira, os alunos e o professor podem ver que todos têm aptidões e habilidades e que todos precisam de ajuda em algumas áreas. Karen pode ser ótima em leitura, mas pode precisar de ajuda nas brincadeiras no playground. Carmen pode ter dificuldade em matemática, mas é ótima para lembrar-se de coisas e organizar pessoas e atividades. As salas de aula podem tornar-se comunidades de apoio mútuo se os professores promoverem o respeito pelas diferenças e proporcionarem oportunidades diversificadas para os alunos enxergarem uns aos outros de muitas maneiras. (p.299).

A Declaração de Salamanca, como principal objetivo é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Destaca-se no tópico B Fatores Relativos à Escola no item 26 que:

O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes. Dessa maneira, o aluno com autismo tem o direito de ter um ambiente satisfatório para atender suas necessidades, seja ela com adaptações de atividades significativas ou mesmo as adaptações de suas dificuldades físicas e linguísticas. (BRASIL, 1994).

Significa que a escola, deve preparar um currículo voltado para as dificuldades específicas de cada um e não o aluno ter que se adaptar ao currículo da escola, pois

sabe-se que há uma necessidade de um currículo diferenciado, assim contribuir para a promoção de desafios, de forma a superar as necessidades grupais ou individuais, compreendendo e reorganizando ações educativas que garantam aprendizagem de novos conhecimentos.

Deste modo, Mello 2007, explica a forma em que o professor pode contribuir no desenvolvimento dessas crianças:

1. Sente o mais próximo possível do professor; 2. Seja requisitado como ajudante do professor algumas vezes; 3. use agendas e calendários, listas de tarefas e listas de verificação; 4. Seja ajudado para poder trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos; 5. Seja estimulado a trabalhar em grupo e a aprender a esperar a vez; 6. Aprenda a pedir ajuda; 7. Tenha apoio durante o recreio onde, por exemplo, poderá dedicar-se a seus assuntos de interesse, pois caso contrário poderá vagar, dedicar-se a algum assunto inusitado ou ser alvo de brincadeiras dos colegas; 8. Seja elogiado sempre que for bem-sucedido (p. 30).

Observa-se que o docente, necessita de uma formação continuada, pois dá a ele a possibilidade de repensar o ato educativo e analisar a prática, no intuito de criar espaços para reflexão coletiva e atender ao princípio de aceitação e valorização quanto as diferenças de cada aluno.

Portanto, faz-se necessário que esse profissional se prepare antes para desenvolver os conteúdos com qualidade, que auxilie essas crianças, como menciona Minetto (2008):

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (p.101).

Não apenas o professor, mas também a família desses alunos podem participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem, pois o tripé escola, família e comunidade é de extrema importância, visto que é através dessa participação que os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos, sendo que sozinho não poderá efetivar uma aprendizagem significativa.

Contudo, é possível nomear três características fundamentais para um perfil correto de um professor mediador assim sendo, a intencionalidade e reciprocidade, a mediação do significado e a transcendência. A intencionalidade se refere na intenção

que o docente busca para ensinar, fazendo o possível para alcançar os objetivos propostos de acordo com a autora:

Se um aluno com deficiência não estiver compreendendo absolutamente nada do conteúdo ensinado, o mediador se pergunta: O que ele consegue aprender? O que ele já sabe? É com base nesse saber que o professor ajuda o aluno a dar pequenos passos que o tiram do lugar do “não saber” e colocam um ponto à frente. (BUDEL, 2012 p.144).

A reciprocidade baseia-se nos alunos que não querem aprender, não demonstram intenção e nem desejo nas atividades, mesmo a professora com toda motivação, não consegue fazer com que o aluno tenha vontade, segundo a escritora o professor precisa conquistar a vontade de aprender. Para isso, pode incentivar, elogiar, provocar, desequilibrar certezas, apresentar curiosidades, enfim, desafiar seus alunos a aprender.

Logo, a mediação do significado é quando se usa um conceito para interligar com outro já aprendido. Consequentemente para (Budel, 2012), um professor cujo objetivo é ensinar com significado deve facilitar as conexões. Mostrar como um conceito pode ser utilizado em diversos contextos pode fazer o aluno lembrar-se de pelo menos um desses contextos e, a partir dele, lembrar-se de outras situações. Esse conceito é importante, pois instiga o aluno a sempre saber os porquês das coisas, o mediador abre sua curiosidade para buscar novos significados.

Conforme, o próprio autor quando o aluno é capaz de transcender, é porque ele construiu o conceito aprendido de verdade e então pode aplicá-lo em qualquer outra situação ou contexto. Enfim, essa ideia de transcendência é quando o discente consegue aplicar um conceito aprendido em momentos diferentes, fazendo com o que o seu aluno vá além do que ela já sabe.

Portanto, compreende-se que o papel do professor no ensino dessas crianças é fundamental para seu desenvolvimento, pois é ele quem vai ensinar a todos da sala de aula a valorizar e a respeitar as diferenças de cada um. Desenvolver um ensino igualitário e de qualidade, estar sempre planejando com antecedência suas atividades, ter sempre um currículo adaptado as necessidades de cada aluno e trabalhar em conjunto com as famílias é fator importante para se pensar no melhor ensino para todos esses alunos.

2.2. Desafios dos professores nas práticas pedagógicas com autistas

Ensinar é um ato de amor, porém sempre haverá desafio em um ensino de qualidade, principalmente frente aos alunos que tenham alguma necessidade educacional especial, cabendo a esses profissionais a preparação continuada, pois há novas mudanças ocorrendo em nossa sociedade e novos conceitos quanto aos termos relacionados às deficiências, bem como práticas pedagógicas e metodológicas mais assertivas e diretivas a esses alunos.

Antigamente as matrizes curriculares para a graduação no curso de Pedagogia não incluíam o ensino sobre educação especial, atualmente às Universidades, nos Cursos de Pedagogia, Educação Física, Psicologia, Letras, dentre outros e outras disciplinas que permeiam à docência, cabe abranger os pontos principais referentes a esse tema, no qual para atuar no ensino regular é necessário ter uma formação que inclua os aspectos da educação especial e inclusiva, conforme as diretrizes legais da Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu art. 18:

§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados específica, cabendo o professor se aprofundar, buscar, pesquisar em conjunto com o desenvolvimento de competências. (BRASIL, 2001).

Como é previsto na resolução atualmente é incluso o ensino sobre a educação especial, mas as vezes não é o suficiente, pois cada criança tem uma dificuldade sistema educacional, para melhor atender as necessidades de cada aluno. Como confirma Miranda (2012):

Um professor capacitado para a prática da educação inclusiva, com experiência no atendimento educacional especializado e com conhecimentos sólidos sobre as potencialidades e necessidades reais do aluno tende a construir, teoricamente, mais episódios interativos do que o professor com pouco repertório técnico e vivencial. (p.163)

Dessa forma, não tem como falar de ensino de qualidade, se crianças com qualquer tipo de necessidades especiais, não tiverem a inclusão na escola, esse aspecto deve ser o primeiro a ser trabalhado, tornando-se uma das maiores dificuldades que o professor encontra, pois sem inclusão não tem aprendizagem, sendo que a primeira forma de se aprender é através da interação social. É importante

que o mediador identifique os mecanismos escolares que geram a exclusão, bem como conhecer os processos que favorecem a organização de uma escola inclusiva.

De acordo com Battisti (2015):

Para haver realmente uma inclusão escolar da criança com autismo é importante levar em consideração qual a necessidade desta, a partir disso deve-se fazer as adaptações na sala de aula. Dessa forma é importante que o autista se sinta próximo ao professor, que o professor peça para a turma cuidados com barulhos ou sons específicos, muitas vezes irritantes para o autista e que a criança tenha acesso a dicas do que acontecerá no dia-a-dia através de informação visual. (p. 18).

Todavia, a função da escola também é garantir contato social com todos ao seu redor para que essas crianças sejam preparadas para o mundo do trabalho e a vida adulta, sendo essa uma das dificuldades que os autistas encontram na escola, e esse ambiente torna-se o melhor lugar para estimular esse aluno, assim concorda Silva (2012):

[...] a vida escolar é especial e todos têm o direito de vivenciar essa experiência. Afinal, é na instituição de ensino que se aprende a conviver em grupo, a se socializar, trabalhar em equipe, conviver com as diferenças são os primeiros passos rumo à vida adulta (p.74).

Para a elaboração de um currículo com atividades consideradas adequadas e funcionais para os alunos autistas, os professores se deparam com uma certa dificuldade, pois cada aluno necessita de um currículo específico conforme suas necessidades e realidade, ocorre esse desafio porque o docente precisa conhecer cada criança, suas limitações para poder preparar um currículo apropriado a cada situação.

Para isso Battisti (2015) situa:

Este deve levar a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, que atue no desenvolvimento da autonomia da criança autista. Pois, quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados. (p.20).

A comunicação de alguns alunos com TEA, pode ser um desafio para os docentes em sua relação com o aluno e na compreensão de aluno e o professor. Se não houver um bom diálogo entre ambos, pode dificultar na aprendizagem do aluno. Como cita Ribeiro (2014):

A linguagem e a comunicação se constituem no maior obstáculo para que as crianças/alunos autistas possam comunicar-se e interagir na vida cotidiana, dificultando assim a inclusão escolar desses alunos,

devido à resistência ao diálogo, à indiferença aos estímulos sensoriais e, enfim, à defasagem da comunicação. (p.11).

O autor também explica que a comunicação pode estar ligada ao comportamento, como agressividade, auto agressividade e choro numa tentativa de comunicação não convencional, podendo ser as dificuldades de linguagem receptiva, na qual muitas vezes o aluno pode não entender a mensagem quando o professor está pensando que ele esteja entendendo, causando assim uma reação de agressividade ou de falta de iniciativa; pode também acontecer que o aluno não possua linguagem suficiente para comunicar verbalmente ao professor acarretando também esse tipo de comportamento.

Contudo, outra característica que dificulta a prática do professor no ensino de autistas é quando os pais não participam da vida escolar do filho, trazendo consequências para o seu desenvolvimento, mesmo assim Budel (2012) traz algumas dicas para que seja possível envolver esses pais:

Às vezes uma pequena dica para a mãe, dita no corredor da escola, pode mostrar a ela que estamos do lado dela e que compreendemos suas dificuldades na vida com o filho. Vamos mostrar aos pais como são as aulas, como são as atividades, vamos fazê-los compreender de que forma trabalhamos, para que eles comecem também a compreender e a descobrir como podem ajudar. (p.172).

No caso do comportamento, em especial o repetitivo e estereotipado, que de alguma forma dificulta o processo da aula, é necessário que o docente utilize diferentes estratégias para contribuir no ensino desse autista, como explica Silva (2012):

A criança com autismo poderá apresentar movimentos estereotipados e repetitivos na sala de aula, como por exemplo balançar o corpo ou bater palmas. Esses comportamentos ocorrem, muitas vezes, sem motivo e não trazem um significado coerente. Por isso, consideramos tais comportamentos como disfuncionais e, na medida do possível, devemos introduzir outras tarefas e atividades para que a criança desperte um interesse e foque sua atenção em comportamentos que tragam resultados melhores para seu desenvolvimento. (p.57).

Isso, segundo Silva, pois outros autores defendem o quanto esses movimentos auxiliam na interação da criança autista com as diversas situações do ambiente educacional.

Ensinar já é um desafio, ensinar um autista é uma instigação ainda maior, é importante que o professor trabalhe usando todas as ferramentas disponíveis para minimizar as dificuldades, a partir dessa pesquisa é possível o profissional da

educação buscar estratégias para que esse aluno cresça em todos os aspectos que o torne capaz de aprender.

3 Conclusão

O presente artigo teve como objetivo buscar um histórico teórico dos autores que influenciaram o termo autismo, sugerindo revisões das legislações, dos conhecimentos da temática pelos professores e a atuação prática a ser realizada em prol da garantia de um ensino igualitário e de qualidade para todas as crianças com autismo.

Diante das observações no papel do professor, faz-se necessário que o mesmo seja mediador do ensino, nas quais preparam os alunos autistas para aquisição de conceitos educacionais e para o mundo do trabalho e a fase adulta, mesmo com suas limitações, em conjunto com a escola e a família.

Toda criança de quaisquer necessidades especiais tem direito a educação que necessita. Possuir menos do que ela precisa é colocar em risco seu direito de conviver em sociedade e ser feliz, exigir mais do que ela apresenta condições de absorver naquele momento, pode também prejudicar seu desenvolvimento.

Portanto, foi possível traçar algumas considerações e reflexões sobre a importância de um ensino apropriado para crianças com autismo e a importância que tem o professor no ensino dos mesmos, mesmo encontrando dificuldades é essencial que o mediador tenha essa reflexão e busque aprimoramentos de sua prática a fim de dar condições a todos os alunos em sala de aula.

ABSTRACT

This work aims to investigate the main difficulties and challenges faced by teachers of students with Autism Spectrum Disorder. It was carried out through bibliographic research in books, articles and websites. To do so, it describes a brief history of autism over the years, thus it is worth checking, in parallel, the role of the teacher as a mediating agent for quality teaching. For this to happen, it is necessary to overcome difficulties contained in the core of how to teach and how the receptiveness of each student will be, as their uniqueness is evident, accentuated and occurs in conjunction with emotional and / or behavioral disorders, also implying in family and social issues.

Keywords: Autism. Teacher`s role. Difficulties in teaching and learning with autistic people.

REFERÊNCIAS

APA. Associação Americana de Psiquiatria. Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais – DSM. 3ª edição. Trad. Lúcia Helena Siqueira Barbosa; revisão técnica Sylvio Giordano Júnior. São Paulo: Manole, 1989.

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica:** teoria e prática. Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2015.

BEZERRA, Marcos Ferreira. **A importância do método ABA – Análise do Comportamento Aplicada – no processo de aprendizagem de autistas.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.* Ano 03, ed. 10, vol. 06., Local, 2018.

BRASIL, Presidência da República. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 ago.2020.

_____. Presidência da República **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 22 ago.2020.

_____. Presidência da República, **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** *BERENICE PIANA.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 25 set. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com

deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 set. 2020.

BUDEL, Gislaine Coimbra. **Mediação de aprendizagem na educação especial/** Curitiba: InterSaberes, 2012 – série Inclusão Escolar.

COSCIA, Marcela Rodrigues. **As intervenções do professor na aprendizagem de crianças com autismo no Ensino Fundamental I.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem). Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2010. Disponível em: <www.crda.com.br/tccdoc/47.pdf>. Acesso em: 21 set.2020.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 8.ed. Rio de Janeiro: Editora: Wak, 2012.

FACION, Jose Raimundo. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento..** Serie Inclusão Escolar. – Curitiba: InterSaberes, 2013. p. 19

Fundação José Luiz Egydio Setubal. **Mãe de menino com autismo, dá nome à lei histórica que estabelece TEA como deficiência.** Autismo e Realidade, São Paulo, 30, março de 2020. <https://autismoerealidade.org.br/2020/03/30/berenice-piana-um-marco-nos-direitos-dos-autistas/> Acesso em:11 de dez de 2020.

GALDINO, Maria. José. A inclusão educacional de um aluno com autismo em uma escola de ensino fundamental do município de Arapiraca. Arapiraca: 2011.

KLIM, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

DSM -5. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5. American Psychiatric Association. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento.; Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al.. – 5. ed.– Porto Alegre: Artmed, 2014.

MELLO, Ana Maria S.Ros. **Autismo: Guia Prático**. Edição 6: Maria Alice de Castro Vataavuk – São Paulo: AMA. Brasília: Corde, 2007. Disponível em <https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. p. 101.

MIRANDA, Therezinha Guimaraes; GALVÃO FILHO, Teófilo. (Orgs.) O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia. 2012. p. 163

RIBEIRO, Emília Lucas. **A comunicação entre professores e alunos autista no contexto da escola regular: desafios e possibilidades**. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. p.11

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010. p. 14.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Editora Fontana, 2012. p. 74

STAIMBACK Susan e Wiilian. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999. p. 229

VYGOTSKY. L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2 ed. São Paulo: p.Martins Fontes. 2000.